

**Aparecida Veroneze Corrêa**, colocou para discussão a análise de contas do mês de outubro de 2022 e não verificando manifestações contrárias, as contas do período restaram aprovadas. Do que, para constar foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.....

Alessandra Patrícia Tomaz da Silva

João Luiz Alves Ferreira

Liamar Aparecida Veroneze Correa

Raquel Cristina Crepaldi Righetti



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, ADMINISTRAÇÃO 2021/2022, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS DEZESSEIS HORAS.**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, sob a Presidência da Senhora **Liamar Aparecida Veroneze Correa**, e membros presentes: **Alessandra Patrícia Tomaz da Silva, Joao Luiz Alves Ferreira e Raquel Cristina Crepaldi Righetti**, realizou-se a vigésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do OLÍMPIA PREV da Administração 2021-2022. Dando início às tratativas, a Presidente do Conselho Fiscal do OLÍMPIA PREV informou que a reunião tratará dos temas propostos a partir da leitura da Lei Complementar número 80 de 18 de junho de 2010, em específico ao Artigo 63. Apurando o item I (um), foi verificado a publicação da Portaria nº 917 de 01 de dezembro de 2022 referente a exoneração do assistente previdenciário Rafael Augusto da Silva Veiga, que foi nomeado através da Portaria nº 703 de 04 de novembro de 2019. Seguindo para o item II (dois), a Presidente do Conselho Fiscal realizou a entrega dos balancetes de receitas e despesas do mês de novembro de 2022, com o propósito de acompanhar a parte da execução junto aos presentes. Em referência ao item III (três), foi verificado que não houveram tomadas de contas

especiais. Na tratativa do item IV (quatro), foi reiterado a disposição dos balancetes de receitas e despesas. Em análise ao item V (cinco), ficou dispensada a contratação de peritos para exames de documentos e ou procedimentos. Avaliando o item VI (seis), os membros do Conselho Fiscal, verificaram a entrega do Demonstrativo Previdenciário, do Demonstrativo de Receitas Previstas e Arrecadadas - DRPA, Demonstrativo de Rentabilidade e Evolução dos Investimentos - DREI e encaminhamento dos dados cadastrais dos Fundos de Investimentos junto ao Tribunal de Contas. Conforme apurado através do item VII (sete), foi verificado que não houve a emissão ou notificação de atos de irregularidades no período em análise. Para a verificação do item VIII (oito), foi avaliado a entrega do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, envio das informações contábeis para o Audesp, e encaminhamento da matriz de saldos contábeis junto a Prefeitura no arquivo consolidado. Na apreciação do item IX (nove), foi avaliado o pagamento das obrigações previdenciárias dos entes, onde os Conselheiros apuraram regularidade no recolhimento bem como o parcelamento de aporte na parcela 131/420. Por seguinte, conforme orientação do item X (dez), foi disponibilizado a planilha com os saldos atualizados dos fundos de investimentos do dia 20 de dezembro de 2022, onde aferiram um patrimônio aplicado de R\$ 169.797.252,97 (cento e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos). Na condução dos trabalhos, a senhora **Liamar Aparecida Veroneze Correa**, em análise ao item XI (onze), apresentou a partir de relatório encaminhado através da diretoria o resultado parcial dos procedimentos de recadastramento e prova de vida dos aposentados e pensionistas. Na situação, ponderou junto aos presentes sobre a interrupção do pagamento dos benefícios daqueles que ainda não haviam realizado o referido recadastramento e o Conselho Fiscal se manifestou favorável à decisão da Diretoria. Trouxe também para discussão, o Relatório de Contas do exercício de 2021 expedido através do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Na ocasião, a presente Conselho foi informada sobre a elaboração de defesas, junto a Egrégia Corte de Contas bem como avaliou as conclusões do auditor. Na condução dos trabalhos, a Presidente do Conselho Fiscal verificou junto aos presentes, a entrega

da minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2023. Certificada sobre a entrega, informou aos presentes sobre a discussão e aprovação junto ao Comitê de Investimentos. Desse modo, passou a palavra para o Presidente do Comitê de Investimentos do OLÍMPIA PREV, onde o mesmo fez as seguintes considerações: Na introdução, explicou sobre a importância da Política de Investimentos para atendimento legal quanto ao Tribunal de Contas, Ministério do Trabalho e Previdência. Sobre o objetivo, avaliou a importância do instrumento quanto aos parâmetros estabelecidos para verificação na consistência e adesão à meta de rentabilidade proposta. Na categorização, OLÍMPIA PREV está enquadrado como RPPS investidor comum sem adesão do Pró-Gestão. A estrutura de gestão é própria composta por Diretorias, Conselho e Comitê de Investimentos, que também são entendidos como órgãos de execução. Na Política de Investimento, foi avaliada a gestão dos recursos e o apoio da consultoria financeira Crédito & Mercado. No ponto central, foi estabelecido que a atuarial para o exercício vindouro será de 4,98% (quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento). Para identificação do índice condizente com a realidade do OLÍMPIA PREV, foi demandado junto ao atuário André Sablewski Grau a elaboração de parecer técnico da Política de investimentos, que a partir do estudo foi exarado o Ofício 088A/2022, com a referida meta. Nas dissertações sobre cenário o senhor **Márcio Francisco de Deus**, destacou que os argumentos são preparados com uma leitura até meados de agosto e setembro de 2022, destacando que num contexto mais amplo, que se trata de um resumo das situações discutidas durante o ano nas reuniões do Comitê. Nesse aspecto, buscase também fazer uma leitura futura de cenário a fim de dimensionar as alocações dentro dos parâmetros que mais se aproximam da realidade. Foi destacado na apresentação, a alocação estratégica dos recursos, tratando ponto a ponto, os limites de exposição dentro da renda fixa, variável, investimentos estruturados, exposição de recursos no exterior, empréstimos consignados e os limites gerais. Dentro dessa fala, ficou entendido que as exposições seguem parâmetros determinados através da Resolução BC CMN N° 4.963, de 25 de novembro de 2021, bem como os estabelecidos dentro da estratégia da própria Política de Investimentos. Sobre a gestão dos riscos, o Presidente do Comitê de Investimentos

definiu aos membros, os riscos de mercado, associado a condições não controláveis, risco de crédito gerado a partir de exposição em produtos com alto risco de não pagamento e o risco de liquidez associado à dificuldade de conversão da cota em dinheiro. Sobre a política de transparência, explanou a necessidade de veiculação do material, de modo que todos os interessados tomem conhecimento da política, bem como das reuniões e decisões do Comitê e demais Conselhos nas alocações dos ativos. Foram revistos no material as condições de credenciamento e habilitação de instituições para oferta de produtos financeiros. O Conselho avaliou as formas usuais nas precificações dos ativos e a interferência do valor da cota no desempenho dos fundos. Na discussão sobre a política de acompanhamento e avaliação do estudo, o senhor **Márcio Francisco de Deus**, destacou que um dos principais instrumentos são as próprias reuniões ordinárias e extraordinárias, a partir desses encontros mensais são verificados o desempenho da carteira frente a meta estabelecida. Versando sobre o plano de contingência, o Presidente do Comitê de Investimentos ponderou sobre as medidas possíveis em caso de desenquadramentos ou de variações abruptas dos investimentos. O Presidente do Comitê já nas considerações finais do material apresentado, argumentou que os limites de exposição definidos em cada segmento, seriam encaminhados junto ao Ministério do Trabalho e Previdência a fim de validar as decisões, seguindo para publicação no Diário Oficial do Município e Publicação do site institucional do OLÍMPIA PREV. Ainda com a palavra o Senhor **Márcio Francisco de Deus**, colocou a Política de Investimentos do exercício de 2023 já anteriormente aprovada junto ao comitê para discussão junto ao Conselho Administrativo e por seguinte, não verificando manifestações contrárias, o material seguiu para aprovação do Conselho Fiscal. Conforme disposição do item XII (doze), foi avaliado através do Conselho que não houveram alienações de bens. Para cumprimento ao item XIII (treze), foi repassado através da Diretoria de Benefícios os seguintes processos de concessões e extinções de aposentadorias e pensões: Aposentadoria por Tempo de Contribuição da senhora **Adriana Cristina Bernardes**; Aposentadoria por Idade da senhora **Lucinéia Amaro Moraes**. Nas tratativas do item XIV (quatorze), foi disponibilizado o relatório analítico de investimentos elaborado juntamente com a

empresa de consultoria financeira Crédito & Mercado referente ao mês de novembro de 2022. Os membros do Conselho, realizaram uma avaliação sobre a rentabilidade dos fundos, verificando que no encerramento do mês em tela, o capital aplicado foi de R\$ 169.999.483,62 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos). Por seguinte, os membros presentes do Conselho, validou os limites de alocações, confrontando o alinhamento dos limites de exposição dos fundos frente a Resolução e Política de Investimentos do exercício de 2022 e a partir da verificação, apuraram o enquadramento. Na avaliação do desempenho mensal, apurou-se que o OLÍMPIA PREV apresentou uma rentabilidade de -0,22% (vinte e dois centésimos negativos) com uma redução patrimonial de R\$ 368.636,24 (trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), no acumulado o OLÍMPIA PREV apresentou uma rentabilidade de 8,17% (oito inteiros e dezessete centésimos por cento) e a meta esperada foi de 9,94% (nove inteiros e noventa e quatro centésimos por cento). Na sequência dos trabalhos, assim como descrito no item XV (quinze) e os atos foram revisados e em consonância com as disposições do item XVI (dezesseis), a Presidente do Conselho Fiscal do OLÍMPIA PREV colocou em discussão e aprovação de contas do mês de novembro de 2022 e não havendo manifestações contrárias, a prestação de contas do referido mês foram aprovadas. Do que, para constar foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.....

Alessandra Patrícia Tomaz da Silva

João Luiz Alves Ferreira

Liamar Aparecida Veroneze Correa

Raquel Cristina Crepaldi Righetti



**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL  
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO**